UENF
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

“Ela quis”: a produção social da culpa feminina e a naturalização das assimetrias etárias nas narrativas sobre sexualidade.

Natana Crespo dos Santos Machado – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense- Darcy Ribeiro

Ivana Maria Peres Morgado Carvalho – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense- Darcy Ribeiro

Shirlena Campos de Souza Amaral – Doutora e Professora da Universidade Estadual Norte Fluminense- Darcy Ribeiro

Resumo

O artigo analisa a produção social da culpa feminina em narrativas que envolvem relações afetivo-sexuais marcadas por significativa assimetria etária entre homens adultos e adolescentes. Parte-se da hipótese de que expressões como “ela quis” ou “ela não era nenhuma criança” operam como dispositivos discursivos que redistribuem a responsabilidade moral, transformando desigualdades estruturais em escolhas individuais aparentes. A pesquisa adota abordagem teórico-analítica fundamentada nas contribuições de Pierre Bourdieu, Judith Butler, Michel Foucault, Simone de Beauvoir e R. W. Connell. Argumenta-se que tais narrativas naturalizam hierarquias de gênero ao hipervisibilizar a agência feminina juvenil e atenuar a responsabilidade masculina adulta, reforçando padrões de masculinidade pouco exigidos eticamente. A análise demonstra que a erotização da adolescência feminina e a relativização da conduta masculina não constituem eventos isolados, mas expressões de uma gramática moral patriarcal que distribui desigualmente legitimidade, culpa e reconhecimento. Conclui-se que a problematização dessas construções discursivas é fundamental para desnaturalizar a equivalência entre sujeitos estruturalmente desiguais e para promover uma responsabilização ética compatível com as assimetrias de poder que atravessam as relações de gênero.

Palavras-chave: gênero; patriarcado; violência simbólica; responsabilização moral; assimetria etária.

1. Introdução

A posição histórica da mulher nas sociedades ocidentais foi marcada por uma dupla inscrição simbólica: objeto de desejo, poder e controle. Seu corpo não foi apenas sexualizado, mas também regulado, vigiado e moralmente enquadrado como território de controle social. No interior da ordem patriarcal, a sexualidade feminina converte-se simultaneamente em espaço de fascínio e de disciplina. A mulher é desejada enquanto promessa erótica, controlada enquanto risco moral. Essa ambivalência constitui um dos pilares estruturantes da desigualdade de gênero.

O patriarcado, entendido não apenas como sistema jurídico ou familiar, mas como ordem simbólica que organiza hierarquias entre os sexos, opera por meio da naturalização de papéis e da distribuição desigual de legitimidade. Nesse sistema, o desejo masculino tende a ser reconhecido como expressão de virilidade, enquanto o desejo feminino é frequentemente submetido a posse e julgamento moral. A mulher é construída como objeto privilegiado do olhar, da validação e da apropriação simbólica masculina, ao mesmo tempo em que é responsabilizada pelos efeitos desse mesmo desejo.

É nesse contexto que se inserem as narrativas que acompanham relações afetivo-sexuais marcadas por significativa diferença etária. Quando um homem adulto se envolve com uma adolescente, o discurso social frequentemente desloca a responsabilidade para a jovem por meio de expressões como “ela quis”, “ela já sabia o que fazia”, "ela não e nenhuma criança" ou “ela sempre gostou de homens mais velhos”. Tais enunciados não são meras descrições; constituem mecanismos discursivos que reorganizam a atribuição de culpa e reconfiguram uma relação estruturalmente assimétrica como se fosse fruto de escolha individual entre sujeitos equivalentes.

A adolescente, situada na intersecção entre erotização e moralização, torna-se objeto duplo: objeto de desejo e objeto de julgamento. Seu corpo é investido de valor simbólico e simultaneamente, submetido a escrutínio ético. O homem adulto, por sua vez, frequentemente aparece como sujeito movido por impulso ou circunstância, tendo sua responsabilidade atenuada pela naturalização de seu desejo. Essa assimetria não decorre de episódios isolados, mas de uma gramática moral sedimentada na ordem patriarcal.

Diante disso, este artigo parte da seguinte problemática: como as narrativas sociais naturalizam assimetrias etárias e redistribuem moralmente a responsabilidade nas relações entre homens adultos e adolescentes?

A hipótese defendida é que tais narrativas funcionam como dispositivos de manutenção do patriarcado, produzindo uma masculinidade pouco responsabilizada e uma feminilidade constantemente moralizada. Ao transformar desigualdade estrutural em escolha individual, o

discurso social protege a legitimidade da masculinidade adulta e mantém a sexualidade feminina sob vigilância permanente.

2. Gênero e assimetria estrutural

A diferença etária significativa entre homens adultos e adolescentes não pode ser analisada como mera escolha individual. Trata-se de uma relação atravessada por assimetrias estruturais como: diferença de maturidade psicológica, de capital simbólico, de poder social e de experiência sexual que configuram posições desiguais no interior da própria relação. O que frequentemente se apresenta como decisão autônoma entre sujeitos equivalentes está, na realidade, inscrito em uma rede de disposições históricas e simbólicas que organizam poder e desejo.

Além das diferenças etárias e simbólicas, é necessário considerar que muitas adolescentes envolvidas em relações com homens adultos encontram-se situadas em contextos de vulnerabilidade social que são marcados por desigualdade econômica, precariedade educacional, fragilidade de redes de proteção e, frequentemente, intersecções com raça e território. Nessas circunstâncias, a assimetria não é apenas psicológica ou simbólica, mas também material. A dependência econômica, a busca por reconhecimento, segurança ou mobilidade social podem operar como fatores que complexificam a noção de “escolha”.

Ignorar essas dimensões significa reduzir a análise à superfície moral do evento, desconsiderando que o consentimento se constrói dentro de condições concretas de possibilidade.

Nesse sentido, a contribuição de Pierre Bourdieu é fundamental para compreender como tais assimetrias se tornam invisíveis. Para o autor, a dominação masculina opera de modo simbólico, naturalizando hierarquias que passam a ser percebidas como parte da ordem das coisas. Como afirma:

“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se fosse natural, inscrita tanto na objetividade das estruturas sociais quanto na subjetividade das estruturas mentais.” (BOURDIEU, 2012, p. 17).

A partir dessa perspectiva, relações marcadas por significativa diferença etária deixam de ser percebidas como relações de poder e passam a ser interpretadas como simples decisões individuais. A naturalização da hierarquia apaga sua dimensão estrutural e transforma

desigualdade em escolha.

Nessa mesma direção, Judith Butler sustenta que o gênero não constitui uma essência fixa, mas uma performatividade reiterada sob normas sociais que regulam a inteligibilidade dos corpos. As identidades de gênero são produzidas por meio da repetição de expectativas culturais que definem quem pode desejar, quem pode ser desejado e sobretudo, quem será responsabilizado. Assim, tanto a feminilidade juvenil quanto a masculinidade adulta são efeitos de normas reiteradas que organizam o campo do desejo e da moralidade. A erotização da adolescência feminina e a legitimação do desejo masculino mais velho não configuram desvios individuais, mas resultados de uma matriz normativa que distribui desigualmente agência e legitimidade.

Essa compreensão dialoga com a formulação clássica de Simone de Beauvoir, para quem a condição feminina é produto histórico e social:

“Não se nasce mulher: torna-se. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.” (BEAUVOIR, 2009, p. 361).

Ao afirmar que a mulher é construída socialmente, Beauvoir evidencia que a feminilidade, especialmente em sua associação com juventude, beleza e disponibilidade afetiva é resultado de um imaginário cultural que vincula o valor feminino à validação masculina. A erotização da adolescência feminina, portanto, não é fenômeno isolado, mas parte de uma tradição simbólica que posiciona o corpo jovem como objeto privilegiado de desejo e reconhecimento.

Desse modo, a análise das relações etariamente assimétricas exige que se ultrapasse a aparência da escolha individual para reconhecer as estruturas simbólicas que moldam o desejo, distribuem legitimidade e organizam a responsabilização moral de maneira desigual.

3. A produção social da culpa feminina

A frase “ela quis” opera como dispositivo discursivo central na redistribuição da responsabilidade moral em relações marcadas por significativa assimetria etária. A ela se somam outras expressões recorrentes: “ela não era nenhuma criança”, “ela sabia o que estava fazendo”, “ela sempre gostou de homem mais velho”, que não apenas descrevem uma situação, mas organizam sua inteligibilidade moral. Tais formulações realizam, simultaneamente, três movimentos: atribuem agência plena à adolescente, minimizam a responsabilidade do homem adulto e reconfiguram uma relação estruturalmente desigual como se fosse uma escolha entre sujeitos equivalentes.

A expressão “ela não era nenhuma criança” é particularmente reveladora. Ao negar a condição de infância ou adolescência como lugar de vulnerabilidade estrutural, constrói-se discursivamente uma falsa equivalência moral entre a jovem e o homem adulto. Apagam-se nessa operação, diferenças de maturidade psicológica, experiência relacional, capital simbólico e posição social. Não se trata de negar que adolescentes possuam desejo ou capacidade de ação, mas de problematizar a simplificação discursiva que transforma desejo juvenil em responsabilidade equivalente. Agência não é sinônimo de simetria.

Quando essa relação ocorre em contextos de vulnerabilidade social, a atribuição de responsabilidade plena à adolescente torna-se ainda mais problemática. A jovem situada em condições de precariedade econômica ou fragilidade institucional não ocupa a mesma posição de negociação que um homem adulto detentor de capital econômico e simbólico. A narrativa “ela quis” apaga não apenas a diferença etária, mas também as desigualdades estruturais que atravessam classe, raça e território.

À luz da análise proposta por Michel Foucault, esses enunciados devem ser compreendidos como práticas que produzem regimes de verdade. Como afirma o autor:

“Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Assim, ao afirmar que “ela não era nenhuma criança”, a sociedade não apenas comenta um fato, mas institui um enquadramento que desativa a percepção de vulnerabilidade estrutural, reforça a ideia de responsabilidade igualitária e desloca o foco do poder masculino para a suposta maturidade feminina. O discurso reorganiza o campo moral da interpretação e redefine quem deve responder por quê.

Essa operação torna-se ainda mais clara quando articulada à reflexão de Judith Butler acerca da produção do sujeito pelo poder. Segundo a autora:

“O sujeito é produzido por meio de uma forma de poder que não apenas o subordina, mas também o forma. A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que iniciando o sujeito o torna possível e ao mesmo tempo o subordina.” (BUTLER, 2017, p. 18).

O poder, portanto, não atua apenas reprimindo, mas constituindo subjetividades. Ao reiterar que “ela não era nenhuma criança”, o discurso social produz uma adolescente já sexualizada e plenamente responsável, ao mesmo tempo em que produz um homem cujo desejo aparece como impulso quase natural, pouco problematizado eticamente. Configura-se,

assim, uma produção diferencial de responsabilidade: a agência feminina é hipervisibilizada, enquanto a agência masculina é diluída sob a aparência de espontaneidade ou circunstância.

Além disso, como argumenta Pierre Bourdieu, a dominação simbólica alcança sua eficácia máxima quando se torna invisível. Ao naturalizar a narrativa de que “ela quis” ou “ela sabia o que fazia”, consolida-se uma forma específica de violência simbólica, definida pelo autor nos seguintes termos:

“A violência simbólica é uma violência suave, insensível e invisível para as suas próprias vítimas, exercida essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou em última instância, do sentimento.” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Essa violência é eficaz precisamente porque opera no nível do reconhecimento: ela é percebida como legítima até mesmo por aqueles que a sofrem. Ao internalizar a narrativa de que “quis” ou “sabia o que fazia”, a adolescente pode assumir para si uma responsabilidade que obscurece a assimetria estrutural da relação. A dominação passa, então, a ser vivida como escolha; a desigualdade é reinterpretada como autonomia.

Desse modo, a adolescente torna-se objeto privilegiado de julgamento moral por sua conduta sexual, enquanto o homem adulto é frequentemente enquadrado como alguém que apenas respondeu a uma oportunidade. A culpa feminina deixa de ser um efeito contingente da narrativa social e passa a constituir um dispositivo estruturante da ordem patriarcal, responsável por manter intacta a hierarquia simbólica que organiza desejo, poder e responsabilização.

4. Formação da masculinidade e desresponsabilização moral

A naturalização das narrativas que deslocam a responsabilidade moral para a adolescente não produz efeitos apenas sobre a feminilidade; ela também revela elementos centrais da formação social da masculinidade. Ao minimizar a responsabilidade do homem adulto, o discurso social não apenas o absolve circunstancialmente, mas reafirma um modelo específico de masculinidade pouco exigido eticamente e amplamente legitimado simbolicamente.

A noção de masculinidade hegemônica, formulada por R. W. Connell, oferece um instrumental importante para compreender esse processo. Segundo o autor:

“A masculinidade hegemônica não é um tipo fixo de caráter, sempre e em toda parte o mesmo. Trata-se antes, da masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um determinado padrão de relações de gênero, uma posição que é sempre passível de contestação. É a configuração das práticas de gênero que incorpora a resposta atualmente aceita para o

problema da legitimidade do patriarcado.” (CONNELL, 1995, p. 77).

A masculinidade hegemônica, portanto, não se define apenas por atributos individuais, como força física ou autoridade formal, mas por práticas que sustentam a legitimidade da ordem patriarcal. Quando o envolvimento de homens adultos com mulheres significativamente mais jovens é relativizado ou interpretado como “fraqueza” ou “impulso”, reforça-se um padrão no qual a virilidade e a conquista permanecem valorizadas, enquanto a responsabilidade ética é atenuada. O discurso não apenas protege o indivíduo; ele preserva a configuração de gênero que legitima o patriarcado.

Essa dinâmica pode ser aprofundada à luz da teoria da performatividade de Judith Butler. Para a autora:

“O gênero não deve ser concebido como uma identidade estável ou um locus de agência do qual derivam vários atos; ao contrário, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo — uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e, portanto, deve ser entendido como a maneira mundana pela qual os gestos corporais, movimentos e encenações de vários tipos constituem a ilusão de um eu generificado permanente.” (BUTLER, 2003, p. 200).

Sob essa perspectiva, as práticas que relativizam a responsabilidade masculina não constituem desvios isolados, mas repetições normativas que consolidam um ideal de masculinidade centrado na reafirmação da virilidade e na validação simbólica do controle sexual. Envolver-se com mulheres mais jovens pode, nesse contexto, operar como reforço de status masculino, uma vez que reafirma atributos socialmente associados ao reconhecimento entre pares.

O problema, portanto, não reside apenas no ato em si, mas na pedagogia moral implícita que o acompanha. Quando o desejo masculino é interpretado como impulso inevitável, o controle é relativizado e a responsabilidade torna-se difusa. Simultaneamente, enquanto a adolescente é moralizada e responsabilizada por sua conduta sexual, o homem é frequentemente infantilizado: “foi fraqueza”, “foi impulso”, “eu não estava bem”, categorias que atenuam sua agência ética. Essa assimetria produz um desequilíbrio moral: adultiliza-se a jovem e infantiliza-se o adulto.

A ausência de responsabilização plena compromete a consolidação de uma masculinidade ética, fundada na autocontenção e na reflexão moral diante das assimetrias de poder. Quando a família e outros espaços de socialização normalizam tais narrativas, reforçam-se disposições que desobrigam o homem de enfrentar criticamente suas posições de privilégio. O resultado é a manutenção de um padrão no qual a virilidade é celebrada e a responsabilidade é negociável.

Assim, a narrativa que transforma a conduta masculina em fraqueza circunstancial e a conduta feminina em desvio moral não apenas reorganiza a culpa; ela sustenta a própria lógica patriarcal ao impedir que a masculinidade seja atravessada por exigências éticas consistentes. O que está em jogo não é apenas a interpretação de um episódio, mas a formação de sujeitos cuja responsabilidade é distribuída de maneira estruturalmente desigual.

5. Moralidade sexual e assimetria de julgamento

A redistribuição da responsabilidade moral nas relações marcadas por assimetria etária não se esgota na produção discursiva da culpa feminina; ela se expressa também na forma desigual como a sociedade julga os sujeitos envolvidos. Observa-se uma clivagem recorrente entre moralização e compreensão. A adolescente é frequentemente rotulada como: “interesseira”, “rodada”, “sabia o que fazia”, “safada”, categorias que a posicionam como estrategicamente ativa e moralmente suspeita. Já o homem adulto é enquadrado por meio de termos atenuadores: “crise”, “imaturidade”, “fraqueza”, “erro”, que deslocam sua conduta do campo da responsabilidade ética para o campo da falha circunstancial.

Essa diferença não é meramente linguística; trata-se de uma operação moral estruturante. Enquanto o comportamento feminino é interpretado como expressão de caráter, o comportamento masculino é frequentemente interpretado como desvio episódico. À jovem atribui-se intenção moralmente qualificada; ao homem concede-se explicação contextual. Essa dissociação evidencia um padrão assimétrico de julgamento no qual o corpo feminino permanece sob vigilância ética constante, ao passo que o desejo masculino é naturalizado como impulso quase inevitável.

Essa lógica encontra respaldo na análise de Pierre Bourdieu acerca da construção social da honra e da sexualidade feminina. Ao examinar os fundamentos simbólicos da dominação masculina, o autor afirma:

“A dominação masculina encontra uma de suas formas privilegiadas na lógica da honra, que faz da sexualidade feminina o lugar por excelência da reputação do grupo. A virtude feminina é concebida como capital simbólico, cuja preservação incumbe à própria mulher, ao passo que a transgressão pesa sobre ela como desonra duradoura. O homem, ao contrário, encontra na afirmação de sua virilidade um princípio de reconhecimento social que raramente compromete sua posição.” (BOURDIEU, 2012, p. 48).

A partir dessa perspectiva, a assimetria de julgamento revela-se estrutural. A sexualidade feminina é investida de valor moral coletivo, convertendo-se em capital simbólico cuja preservação recai prioritariamente sobre a própria mulher. A eventual “transgressão” é inscrita em sua identidade de modo duradouro. Já a sexualidade masculina, associada à virilidade e ao reconhecimento social, tende a reforçar e não comprometer a sua posição

simbólica.

Desse modo, cada vez que a adolescente é moralizada e o homem é relativizado, reafirma-se uma hierarquia simbólica que distribui desigualmente culpa e compreensão. A jovem é julgada como portadora de intenção moralmente condenável; o homem é interpretado como sujeito atravessado por circunstâncias ou impulsos. A desigualdade estrutural converte-se, assim, em desigualdade moral.

O que se observa, portanto, não é apenas uma diferença de interpretação, mas uma gramática moral que sustenta a lógica patriarcal nas narrativas sobre sexualidade e diferença etária. Ao concentrar a vigilância sobre o corpo feminino e relativizar a agência masculina, o discurso social preserva a hierarquia de gênero mesmo quando aparenta apenas comentar um episódio específico. A produção desigual de culpa e compreensão não é efeito colateral da narrativa — é um de seus mecanismos centrais de manutenção simbólica.

6. Considerações finais

A narrativa “ela quis” não constitui mera descrição de um fato social, mas opera como dispositivo discursivo que reorganiza a responsabilidade moral nas relações marcadas por assimetria etária. Ao afirmar que “ela não era nenhuma criança”, produz-se uma equivalência artificial entre sujeitos estruturalmente desiguais, deslocando o foco da posição de poder do homem adulto para a suposta autonomia plena da adolescente.

Como argumenta Pierre Bourdieu, “a violência simbólica é uma violência suave, insensível e invisível para suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2012, p. 7). A naturalização dessas narrativas evidencia justamente essa forma de violência, na qual a assimetria estrutural deixa de ser percebida como relação de poder e passa a ser interpretada como escolha individual recíproca.

Da mesma forma, Judith Butler sustenta que “o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz, repetidamente, sob constrangimentos sociais” (BUTLER, 2003, p. 25). A repetição de enunciados como “ela quis” ou “ela sabia o que fazia” participa da produção performativa de uma feminilidade responsabilizada e de uma masculinidade cuja agência aparece como impulso naturalizado.

O efeito dessa operação discursiva é duplo: moraliza-se o corpo feminino juvenil e relativiza-se a responsabilidade masculina adulta. Ao mesmo tempo em que a adolescente é enquadrada como sujeito plenamente consciente e estrategicamente ativa, o homem é frequentemente interpretado como alguém movido por fraqueza ou impulso. Aquele que dilui sua responsabilidade ética e reforça padrões de masculinidade pouco exigentes do ponto de vista moral.

Assim, a frase “ela quis” não apenas descreve uma relação; ela sustenta uma gramática moral que protege a masculinidade adulta da responsabilização plena e mantém a feminilidade sob constante vigilância ética. Repensar essas narrativas implica desnaturalizar a equivalência discursiva entre sujeitos assimétricos e reconhecer que a produção social da culpa feminina constitui mecanismo estruturante da ordem patriarcal.

Somente a partir da problematização dessas construções discursivas torna-se possível avançar na consolidação de uma masculinidade fundada não na legitimação do desejo, mas na responsabilidade moral diante das assimetrias que atravessam as relações.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CONNELL, R. W. Masculinities. Berkeley: University of California Press, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.